

RELATÓRIO



15ª

Conferência Regional
da **Assistência Social**
de **M'Boi Mirim**
02/08/2023



Ricardo Nunes
Prefeito da Cidade de São Paulo

Carlos Bezerra Jr.
Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

Décio Matos
Secretário Adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social

Ciça Santos
Chefe de Gabinete da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Chefe da Assessoria Técnica

Regina Alves Ribeiro
Coordenadora da Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Vanessa Helvécio
Coordenadora da Proteção Social Especial

Sylmara Andreoni Vettorello Ramires
Coordenadora da Proteção Social Básica

Carolina Nakagawa
Coordenadora do Observatório da Vigilância Socioassistencial

Luiz Fernando Francisquini
Coordenador da Gestão de Benefícios

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente

Marcelo Panico
Vice-presidente

Adriana Ferreira
1ª Secretária

Priscila Pereira Alves Scharth Gomes
2ª Secretária

Josefa Alves Amorim
Secretária Executiva

Márcia de Souza Gonçalves
Max Nicola Gonçalves Lúcio
Marcela Luchetta Bressani
Gessiane Sayuri Nogueira Kudo
Equipe Técnica da Secretaria Executiva

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Segmento dos Trabalhadores do setor

Titulares:

Cleuma Maria dos Santos Moraes
Karen Sales Correa Stein
Solange Cristina Castro Sampaio

Suplentes:

Cátia de Oliveira Borges
Darlene Terzi Dos Anjos Afonso Cazarini
Flávia Maria de Moura Reis

Segmento dos Usuários da Assistência Social

Titulares:

Ana Carolina Da Silva Mandetta
Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas
Thalita De Matos Miranda

Suplentes:

Camila Souza do Nascimento
Elaine Pereira Leão
Fernanda Rocha De São Severo

Segmento das Entidades e Organizações de Assistência Social

Titulares:

Adriana Ferreira
Marcelo Panico
Tania Araújo dos Anjos

Suplentes:

Patrícia Alves Costa
Regina Conceição da Paixão Gomes
Sergio Luiz Mendes dos Santos

CONSELHEIROS DO PODER PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMADS

Titulares:

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Priscila Pereira Alves Scharth Gomes
Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz
Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Suplentes:

Fátima de Nóbrega Lednik
Marta Damaceno
Isabela Calil Quintino
Rosana Chaves Azevedo

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS

Titular: Fabio Henrique Salles
Suplente: Suelen Karen Da Silva Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

Titular: Gláucia Cristine Silva Burckler

Suplente: Taíze Grotto de Oliveira

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

Titular: José Carlos Damasceno

Suplente: Eduardo dos Anjos Barboza

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SMPED

Titular: Severina Eudoxia da Silva

Suplente: Carolina Custódio Pereira dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

Titular: Isabella Soares dos Santos

Suplente: Kauã Sabino Condenso

**MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA CENTRAL DA 15ª
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Conselheiros da Sociedade Civil: Adriana Ferreira, Camila Souza do Nascimento, Cleuma Maria dos Santos Moraes, Elaine Pereira Leão, Flávia Maria de Moura Reis, Marcelo Panico, Regina Conceição da Paixão, Solange Cristina Castro Sampaio, Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas, Thalita de Matos Miranda.

Conselheiros do Poder Público: Bruna Eloísa Iarossi Xavier Cruz, Fábio Henrique Salles, Gustavo Felício Ferreira Pinto, Isabella Calil Quintino, Priscila Pereira Alves Schart Gomes, Rosana Chaves Azevedo, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Representantes da SMADS: Vanessa Helvécio, Cristiane Leonora

Representantes do CMDCA: Fábio Henrique Salles, Laura Rodrigues

Representantes do FAS: Henrique Toshio Yasuda da Silva, Patrícia Rodrigues

Representantes do Comitê PopRua: Robson César Correia de Mendonça, Roseli Kraemer Esquillaro

Representantes das SAS (Macrorregiões): Adriana Rezende da Silva Telles, Bruna Carolina Monteiro Dal Fabbro, Cássia Aparecida Travensolo, Cleide Leonel Amaro Mendes, Mauro Pereira da Silva, Marta Damasceno, Rita de Cassia Fernanda da Silva, Rosa Maria Tomé Telis.

COMISSÃO REGIONAL – M' BOI MIRIM

Gestão

Titular Luciane de Cassia de Faria

Suplente Tatiana da Silva Penna

Trabalhadores(as)

Titular Cristiane Chagas da Cruz

Suplente Elizângela Maria da Cruz

Suplente Julia Ellen Silva

Titular Mario Ivan Melendez

Titular Regiane Miranda dos Santos

Suplente Ricardo José Firmino

Titular Adriana Cássia da Silva
Suplente Patrícia Aparecida da Silva

Entidades/ Organizações

Suplente Janaína Aparecida Dias
Titular Kelly Cristina Bastos Correia Cardoso
Suplente Leila Paula Bernardes
Titular Maria Madalena Sodré de Sousa

Usuários

Titular Marise Martins de Souza
Suplente Miraci Santos Mendes

ASSESSORIA

INSTITUTO POTENCIAL - PROJETOS SOCIAIS

Indiana Del-Fr  Ludviger
Supervisão

Marly Pulini
Coordena o Técnica

Valéria A. Escudeiro Giovannetti
Coordena o da Metodologia

Elaine Aparecida Macena Batista Ramos
Coordena o da Sistematiza o

Ana Cristina de Souza
Ana Paula Monteiro Leite
Assistentes Técnicas

NÚCLEO DE APOIO

Supervisora: Viviane Cristine S  Nunes
Assistente/Apoio   Mesa: Isabel Cristina Bueno da Silva
Líder do Apoio: Cesar Barbosa de Souza

MEDIADORES - RELATORES - APOIOS

Agnaldo Troiano
Alexandre Silva Gonçalves
 lvvaro Beloni Santana
Antonio Carlos Heleno Victório
Carlos Antonio Giron
Carolina Mendonça Groba
Claudia Ribeiro Defendi
Daiana Rodrigues da Silva
David Ohannes Bezirgianian
Fernanda Helfenstein
Flávia da Costa Ventura
Gabriela de Souza Elias
Giovanni Francheschi Troiano
Ivone dos Reis Sodré Meirelles

Jamili Joana de Melo Calixto
Janaina Cristina Souza
Kátia Cilene Gregorio
Kelly Cristina Dias
Liliana Mantoni
Manuela Martins da Costa Aquino
Marane Matos Avelar
Márcia Cassiano Rosa
Orlando Coelho Barbosa
Patrícia Alves de Mendonça
Paulo de Souza Filho
Regina Cândida Bela Conceição
Renata Alves Escudeiro Giovannetti
Wilson Araujo Ferreira
Zélia dos Reis

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
1. METODOLOGIA PARA O PROCESSO CONFERENCIAL.....	12
2. CONFERÊNCIA REGIONAL M'BOI MIRIM	122
2.1. ABRANGÊNCIA	12
2.2. PROGRAMAÇÃO.....	124
2.3. PLENÁRIA INICIAL	13
2.4. DIAGNÓSTICO REGIONAL	14
2.5. REGIMENTO INTERNO.....	14
2.6. TRABALHO NOS GRUPOS	200
2.6.1. 1º MOMENTO – ESCALÔMETRO – CONFERIR AS DELIBERAÇÕES REGIONAIS DA CONFERÊNCIA DE 2021	20
2.6.2. 2º MOMENTO – NOVAS PROPOSTAS PARA OS ÂMBITOS: REGIONAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL POR EIXOS TEMÁTICO.....	24
2.7. PLENÁRIA FINAL.....	30
2.7.1. PLENÁRIA REFERENDADAS	30
2.7.2. MOÇÕES	39
2.7.3. DELEGADOS ELEITOS	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40

APRESENTAÇÃO

15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: “RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS”

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo COMAS/SP, por meio da Resolução COMAS/SP nº 1964 de 21 de março de 2023, publicada em 22 de março de 2023, trata do lançamento e da normatização da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo. Além disso, por meio da Resolução nº 1965/2023, foi estabelecida a Comissão Organizadora Central COC, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Essa ação atendeu ao chamado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 90 de 21/12/2022, que convocou a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social.

São Paulo, com seu pioneirismo de luta e organização social através dos movimentos sociais, intelectuais e estudiosos das Universidades, foi a primeira cidade do país a realizar Conferência de Assistência Social como forma de participação popular e instituir o controle social que a Constituição Federal de 1988 preconiza. Sendo assim, São Paulo neste ano de 2023 chamou a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.

Ressalta-se o empenho da SAS M'Boi Mirim em mobilizar os vários segmentos da sociedade, incluindo usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, lideranças das OSCs e gestores, para que esta Conferência Regional pudesse acontecer como instrumento do Estado democrático de direito, dando voz a todos os agentes da sociedade envolvidos com a Política de Assistência Social no território, com proposições a qualificação do SUAS de forma a garantir a luta pela igualdade e equidade social.

RECONSTRUÇÃO do SUAS..." POR QUÊ?

As Conferências de 2023 vêm como resposta ao dismantelamento que o governo dos últimos 6 anos proporcionou em suas organizações democráticas, desarticulando e descapitalizando as Políticas Públicas. Isso resultou em um estado de abandono especialmente da Política de Assistência Social e, conseqüentemente, no aumento das desigualdades e vulnerabilidade social entre a população atendida pelos serviços, programas e projetos. Com os cortes no orçamento público para a Política de Assistência Social, o esvaziamento do SUAS foi um processo natural do Estado abandonando sua função pública de garantir a proteção social e os direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros(as). Os defensores dos direitos sociais, através do controle social, fortalecido pelos usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, dirigentes e servidores de Organizações da Sociedade Civil - OSC, gestores e governantes democráticos, nunca abriram mão de suas responsabilidades públicas e compromissos para preservar o Sistema Único de Assistência Social como um recurso público indispensável para a inclusão e proteção social. Devido a esse contexto e à pandemia de Covid-19, que exigiu da Política de Assistência Social

ações que ultrapassaram seu escopo de atuação, a "Reconstrução do SUAS" se tornou uma necessidade urgente.

Para a organização metodológica do processo conferencial da 15ª Conferência Municipal, o COMAS, por meio da COC, em conjunto com a SMADS, contratou a organização social Instituto Potencial – Projetos Sociais, conforme as especificações e condições estabelecidas no Contrato nº 53/SMADS/2023, Processo Administrativo SEI – 6024.2023/0006695-0. A organização logística e de infraestrutura ficou a cargo da empresa SAD, responsável pelo trabalho operacional, comunicação visual e registro do processo conferencial.

Cumprindo as orientações do CNAS por meio de seus Instrumentais, especialmente o Informe nº 03 - Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social 2023, e suas indicações argumentativas e temáticas, o lema para as Conferências em 2023 foi definido como base de sustentação da Política Nacional de Assistência Social e do II Plano Decenal 2016 – 2026: "Proteção Social para todos/as os brasileiros/as".

“ASSISTÊNCIA SOCIAL É DIREITO INALIENÁVEL DO CIDADÃO E DEVER INTRANSFERÍVEL DO ESTADO”

Para aprofundar a temática proposta e efetivar o debate, com o objetivo de avaliar, propor e deliberar, a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, assim como as 32 Conferências Regionais versam sobre o tema “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o Suas que queremos.”, e cinco eixos temáticos, conforme o Informe nº 03 (CNAS):

Eixo 1 - Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória como instrumento para uma gestão comprometida e responsável dos entes federativos na garantia dos direitos socioassistenciais, considerando as especificidades regionais do país.

Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

Eixo 3 - Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

Eixo 4 - Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta de serviços e direitos no SUAS.

Eixo 5 - Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

1. METODOLOGIA PARA O PROCESSO CONFERENCIAL.

Com o objetivo de assegurar a participação ativa e o controle social dos conferencistas, o Instituto Potencial- Projetos Sociais desenvolveu uma metodologia, aprovada pelo COMAS-SP e COC. Esta metodologia foi construída com base na sugestão da minuta do Regimento Interno, assim como na formulação da metodologia a ser aplicada nos grupos temáticos e na Plenária Final. Quanto a divisão nos grupos temáticos, no momento de sua inscrição, os conferencistas escolhiam o Eixo que

gostariam de dialogar e participar. No momento do credenciamento, cada participante recebia uma pulseira colorida que indicava o referido eixo temático escolhido conforme aponta a tabela abaixo:

Eixo 1 Financiamento	Eixo 2 Controle Social	Eixo 3 Articulação entre segmentos	Eixo 4 Serviços, Programas e Projetos	Eixo 5 Benefício e transferência de renda
Vermelha	Azul	Verde	Laranja	Lilás

Os segmentos partícipes dessa Conferência eram identificados por uma etiqueta autoadesiva colorida (Vermelha: usuários, Amarela: Trabalhadores, Prata: dirigentes de OSC, Dourado: Gestão do Poder Público), para que os mesmos pudessem se reconhecer como grupo e assim debaterem sobre as propostas mais significativas para cada segmento.

Para a realização da Conferência Regional da Capela do Socorro, o Instituto Potencial - Projetos Sociais mobilizou uma equipe composta por 22 profissionais, incluindo supervisor, assistente, líderes de plenária, equipe de apoio ao credenciamento, auxiliares nas plenárias, relatores de plenária e de grupos, bem como mediadores de grupos.

O trabalho realizado nos grupos temáticos, respeitou os cinco eixos, empregando a dinâmica do "Escalômetro" para avaliar as deliberações regionais da Conferência de 2021. O instrumental foi apresentado aos conferencistas e eles avaliaram e votaram para determinar se cada proposta foi totalmente atendida (cor verde), parcialmente atendida (cor amarela) ou não atendida (cor vermelha), além do registro do número de votos em cada escala (vide instrumental).

O segundo momento da dinâmica concentrou-se nas novas propostas, originadas a partir das reflexões sobre cada Eixo:

- Eixo 1** – Financiamento.
- Eixo 2** – Controle Social.
- Eixo 3** – Articulação entre segmentos.
- Eixo 4** – Serviços, Programas e Projetos.
- Eixo 5** – Benefício e transferência de renda.

Eixo 1 – Financiamento – Questões:

- Como é, e como se realiza o planejamento orçamentário da Política de Assistência Social – é transparente, com controle social?
- Como se dá o compartilhamento de investimentos entre entes federativos: municipal, estadual e federal – Financiamento e Cofinanciamento?
- Como está o financiamento para a execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no SUAS?
- Há recursos para outras demandas que possam surgir no campo socioassistencial nos territórios?

Eixo 2 – Controle Social – Questões:

- Como a participação social está acontecendo na sua função de controle social para garantir o espaço democrático entre sociedade civil e gestão governamental?
- Como está a participação social no acompanhamento das ações para implementar e executar o SUAS?
- A relação governo-trabalhadoras/es-usuárias/os e OSC no Controle Social do SUAS está ocorrendo?
- Como estão as condições de trabalho no SUAS?
- Há formação permanente sobre controle social e para a efetiva profissionalização do SUAS. O Conselho de Assistência Social tem tido formação permanente?

Eixo 3 – Articulação entre segmentos – Questões:

- Há estratégias intersetoriais de integração entre as diversas secretarias garantindo a participação social e proteção social integral dos usuários e usuárias para plena cidadania?
- Há estratégias de articulação para as garantias de direitos e a promoção de equidade social?
- Tem-se garantido atendimento qualificado e emancipatório às/os usuárias/os da Assistência Social?
- Os equipamentos da assistência social estão em condições dignas para executar a atenção e proteção social?
- Há melhoria nas relações de trabalho, sem precarização e assédio moral?
- Há qualificação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras com a humanização das relações de trabalho?
- Há acessibilidade nos serviços da Assistência Social – pessoa com deficiência, LGBTQIA+, territórios de maior vulnerabilidade são atendidos em sua completude?

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos – Questões:

- Há garantia de Proteção Social Básica e Especial em todos os territórios vulneráveis?
- Como estão as garantias dos marcadores sociais na atenção socioassistencial do SUAS: pessoas em situação de rua, refugiadas/os, migrantes, população LGBTQIAPN+, pessoas e famílias vítimas de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, Povos originários e Comunidades Tradicionais, crianças e adolescentes, jovens...
- Os contextos de calamidade pública e emergências estão marcados e há preparo para a atenção socioassistencial?
- Como se dá a intersecção com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?
- O Prontuário SUAS e sua atualização está implantado com a utilização nos sistemas da rede SUAS?

- A Vigilância Socioassistencial está garantida em todos os territórios?

Eixo 5 – Benefício e Transferência de Renda – Questões:

- Como avaliam os benefícios estáveis e/ou continuados, benefícios eventuais e outras transferências.
- Indicar parâmetros de valores a serem praticados adotando como referência o salário-mínimo.
- Articulação entre INSS e os CRAS para operacionalização do BPC.
- Na prática profissional há o incentivo à autonomia dos beneficiários?
- Há regulamentação dos critérios de concessão de benefícios eventuais no município e articulação entre outras políticas: educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, previdência social.
- Como se dá a utilização do CadÚnico para fomentar as ações cotidianas?
- Há qualificação das práticas, considerando as diversas maneiras e definições dos indivíduos, como gênero, etnia, raça, localização geográfica, faixa etária, entre outros, geradores de desigualdades e pobreza?

2. CONFERÊNCIA REGIONAL M´BOI MIRIM

2.1. ABRANGÊNCIA

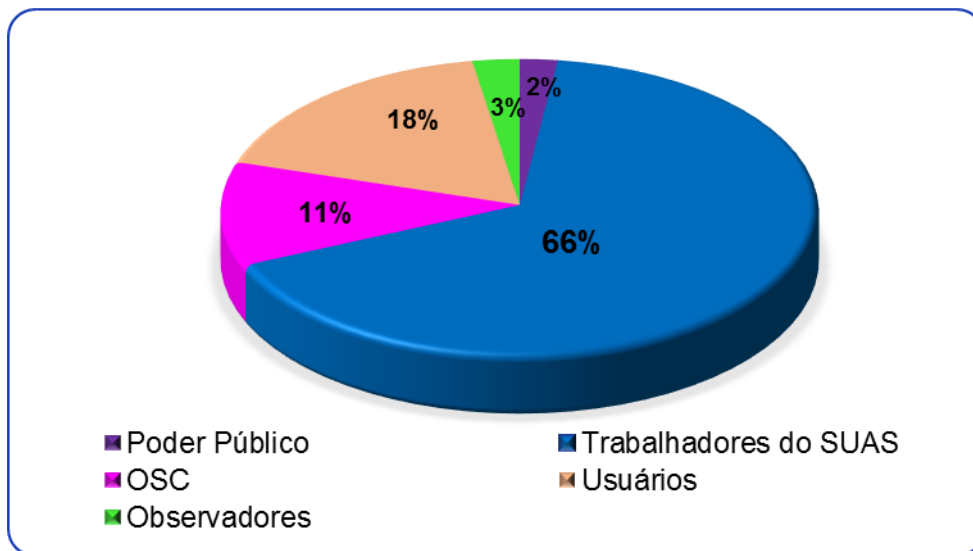
A Conferência Regional do M´Boi Mirim aconteceu no dia 02 de agosto de 2023, no Clube da Turma, Social Bom Jesus, Estância Tangará, Travessa Maestro Massaino, s/n. Contou com o credenciamento de 576 pessoas, conforme demonstra tabela abaixo:

Previsão	Inscritos	Credenciados
650	647	576

Os números de inscritos variaram de acordo com a participação das pessoas nos territórios, algumas se inscreveram e não compareceram ao credenciamento. Outras pessoas não se inscreveram antecipadamente, mas se credenciaram no dia da Conferência Regional, por isso a divergência entre inscritos e participantes.

Os credenciados representaram os segmentos estabelecidos nas normatizações específicas estabelecidas, conforme aponta quadro e gráfico abaixo, sendo importante salientar que o segmento “Trabalhadores” ocupou 66% do conjunto dos segmentos representados.

Poder Público	Trabalhadores do SUAS	OSC	Usuários	Observadores
12	382	65	102	15



2.2 PROGRAMAÇÃO

A programação apresentada foi a realizada, conforme dinâmica dos participantes e necessidades de discussão e debates sobre o tema e eixos temáticos propostos.

Programação da Conferência Regional de M'Boi Mirim

08h00/09h00	- Recepção e credenciamento;
09h30	- Apresentação Cultural;
10h00	- Mesa de Abertura;
10h50	- Apresentação do Diagnóstico;
11h15	- Leitura do Regimento Interno da Conferência Regional;
12h00	- Palavra a Mesa de Abertura;
11h10	- Palestra;
12h00	- Intervalo para almoço;
13h45	- Trabalho em grupos;
16h30	- Início da Plenária;
16h45	- Leitura das moções para aprovação ou rejeição da plenária;
17h30	- Apreciação, aprovação e/ou rejeição das propostas em plenária, referendadas nos grupos por eixo;
19h20	- Eleição dos/as Delegados/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;
19h40	- Encerramento.

2.3. PLENÁRIA INICIAL

2.3.1. Mesa de abertura

- Carlos Bezerra – Secretário da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- João Paulo Lo Prete – Subprefeito de M'Boi Mirim
- Gustavo Felício – Presidente do COMAS
- Luciane de Cássia – Supervisora de SAS
- Regina Alves – Representante de SMADS
- Cassiana Roveló – Representante de OSC
- Zacarias Camelo – Representante de OSC
- Regina Paixão – Representante de OSC

Após a composição da mesa, todos e todas presentes cantaram o Hino Nacional, na sequência os componentes da mesa fizeram uma breve fala sobre a importância do momento conferencial, dando boas-vindas.

2.3.2. DIAGNÓSTICO REGIONAL

O Diagnóstico Regional foi apresentado pelo O Diagnóstico Regional do M'Boi Mirim foi apresentado por Filipe Santoro funcionário da COVS/ SMADS. Ele ofereceu aos presentes uma análise embasada em indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais, segmentados por diferentes grupos, incluindo crianças, adolescentes, jovens, idosos, famílias, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e vítimas de violência na Região do M'Boi Mirim. Filipe apresentou essa realidade por meio de dados numéricos e gráficos, evidenciando como as demandas na região aumentaram durante o período de tentativa de desmonte do SUAS.

A Vigilância Socioassistencial desempenha um papel fundamental na efetivação da Política de Assistência Social. Ela é realizada por meio de pesquisas, produção, sistematização e análise de dados com o objetivo de subsidiar e construir diagnósticos para a implementação da Política de Assistência Social em áreas mais vulneráveis. Essa abordagem é crucial para entender as necessidades da comunidade e orientar a tomada de decisões eficazes.

Filipe destacou a importância do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, estabelecido em 2005, que define a organização da Política Nacional de Assistência Social e suas funções principais: Proteção Social, Defesa Social e Vigilância Socioassistencial. O Diagnóstico Regional/Socioterritorial da cidade de São Paulo, abrangendo suas 32 regiões administrativas, é uma ferramenta essencial para compreender e abordar as necessidades específicas de cada localidade.

2.4. REGIMENTO INTERNO

Para leitura e aprovação do Regimento Interno, a mesa para o desenvolvimento dos trabalhos foi assim composta:

- Regina Paixão - Representante de OSC
- Mario Meléndez – Trabalhador do SUAS.
- Marisa Martins de Souza – Usuária.
- Janaína Aparecida Dias – Representante da Comissão Regional.
- Kelly Bastos Cardoso - Representante da sociedade civil
- Luiz Donizeti P. De Araújo – Trabalhador do SUAS

Regimento Interno		
Nº	DESTAQUES	ALTERAÇÕES
1	Art.8º §2º	Alteração de “primeira” para “segunda” lista.
2	Art. 9º	Alteração da Programação.
3	Art. 13 §1º	Alteração “Moções” – para 5% dos participantes constantes na primeira lista de presença.

15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - Da Organização

Art.1º. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS-SP.

Art. 3º. A Comissão Organizadora Regional é responsável pela sua infraestrutura e organização, em todas as etapas da conferência regional, conforme previsto em Resolução específica do COMAS-SP, sendo acompanhada e subsidiada pela Comissão Organizadora Central - COC.

Art. 4º. A Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim será realizada no âmbito da SAS – Supervisão de Assistência Social.

Art. 5º. A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim será composta por:

I - Dois Coordenadores (Comissão Regional),

II – Até dois representantes indicados e aprovados pelo COMAS/SP;

III - Um representante da SAS;

IV – Dois representantes da Sociedade Civil, sendo um do segmento dos trabalhadores e um do segmento dos usuários.

§ 1º. A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º. Cabe ao Coordenador:

- I - Dar início aos trabalhos;
- II - Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenária;
- III - Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º. Cabe ao Mediador:

- I - Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno;
- II - Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

§ 4º. A Mesa de Trabalho contará com o apoio da Assessoria Contratada nos trabalhos da Plenária.

Art. 6º. A Comissão Organizadora Regional de M'Boi Mirim, constituída, se possível, de forma paritária através de Assembleia Regional no âmbito da região da SAS, será homologada pelo COMAS-SP através de resolução publicada em diário oficial, após envio de documentação.

Parágrafo Único. A Comissão Regional é de coordenação paritária constituída por 1(um) representante da Sociedade Civil e 1(um) representante do Poder Público, sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

Art. 7º. Serão participantes da 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim:

- I - Conselheiro(a)s Municipais de Assistência Social de São Paulo;
- II - Representantes de gestão do Poder Público;
- III – Representantes de Organizações Sociais da Sociedade Civil.
- IV - Trabalhadores(a)s do SUAS, da rede estatal e não estatal, e organização de trabalhadores(a)s;
- V - Usuário(a)s ou Organização de Usuário(a)s;
- VI - Representantes de Fóruns Regionais, Municipais, Estaduais e Nacional;
- VII - Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias;
- VIII - Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero.

§ 1º. Os participantes da 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

§ 2º. A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação *online*, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos: Entidades, Usuários, Trabalhadores e Poder Público, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.

§ 3º. Participarão na eleição dos/as Delegados/as da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, os segmentos previstos em Resolução específica do COMAS/SP.

Art.8º. Na 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim, o credenciamento será presencial, até as 10:00hs, e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença, com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Eixo (50 por grupo).

§1º. Ficam estabelecidas duas listas de presença, sendo: a primeira ao final do credenciamento com o número de pessoas inscritas e a segunda ao final dos trabalhos em grupo com o número efetivo de participantes.

§2º. O número de participantes na primeira lista a será o indicativo para a eleição de Delegados/as e suplentes para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

CAPÍTULO II - Da Programação

Art. 9º. A Conferência Regional terá a seguinte programação:

08h – Recepção e Credenciamento

09h – Apresentação Cultural

09h15 - Mesa de Abertura

09h30 – Palestra e/ou Apresentação do Diagnóstico socioterritorial

10h30 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional

11h30 - Trabalho em grupos

12h- Intervalo para almoço e Término do Credenciamento

13h- Início dos trabalhos em grupos por Eixos

15h - Prazo final para entrega das moções para mesa coordenadora

15h - Início da Plenária: apresentação das propostas referendadas nos grupos, apreciação, aprovação e/ou rejeição

17h – Eleição dos/as Delegados/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

18h - Encerramento.

CAPÍTULO III - Da Temática

Art. 10. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim terá como tema: **“RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS”**

§ 1º. Na Conferência Regional no âmbito das SAS e da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, serão debatidos os 5 Eixos:

I - **EIXO 1: FINANCIAMENTO:** Financiamento é orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país;

II - **EIXO 2: CONTROLE SOCIAL:** Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas;

III - **EIXO 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS:** Como potencializar a participação social no SUAS?

IV - **EIXO 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:** Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS; e

V - **EIXO 5: BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA:** A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

CAPÍTULO IV

Dos Grupos

Art. 11. Nos grupos os participantes serão divididos em subgrupos, respeitando os eixos, utilizando a metodologia definida para o processo conferencial.

§ 1º. Cada grupo terá um Mediador e um Relator disponibilizados pelo Instituto Potencial-Projetos Sociais responsável pela metodologia.

§ 2º. Cabe ao Mediador do Grupo:

I - Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Eixo;

III - Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que todas as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V - Controlar o tempo.

§ 3º. Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas de deliberação do grupo em instrumental próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e à Plenária;

III - Havendo mais de um Grupo Temático do mesmo Eixo, cabe aos relatores desses grupos a sistematização prévia das propostas, com a indicação do total de votos recebidos em cada uma delas e a apresentação do resultado à equipe responsável pela sistematização final, que apresentará a mesa coordenadora e à Plenária.

Art. 12. Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático as propostas que serão apresentadas à Plenária da Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim. Após a aprovação, o Instituto Potencial-Projetos Sociais deverá sistematizar as deliberações para subsidiar 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

§ 1º- Cada grupo de trabalho apresentará na plenária da Conferência Regional até 5 (cinco) propostas para a regional, até 5 (cinco) propostas para o município, até 2 (duas) propostas para o Estado e até 02 (duas) propostas para o Federal,

§ 2º Se houver mais de um grupo da mesma temática, as propostas elaboradas serão sistematizadas pelo Mediador, Relator e representante eleito pelo grupo das salas.

CAPÍTULO V

Da Plenária Final

Art. 13. As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início da Plenária de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa.

§ 1º. As moções deverão ser assinadas por pelo menos 5% dos participantes constantes na primeira lista de presença.

§ 2º. Nos casos em que a Plenária não se sentir esclarecida sobre o teor da Moção será concedido ao autor 02 minutos para esclarecimentos.

Art. 14. No que se refere às intervenções:

I - Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados durante a leitura e esclarecimentos, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.

II - Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

III - Somente serão concedidas no máximo duas defesas mediante consulta à Plenária.

IV - A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizada pela Plenária.

V - A assessoria contratada garantirá apoio técnico na Plenária da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos/as Delegados/as, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.

Art. 15. O Relator de cada grupo apresentará a proposta e entregará para a mesa coordenadora os "formulários padrão" preenchidos durante a discussão dos grupos.

Parágrafo Único. Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, o

Instituto Potencial-Projetos Sociais será responsável pelo recolhimento das listas de presença, instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela Plenária, moções e avaliação dos participantes.

CAPÍTULO VI

DOS/AS DELEGADOS/AS

Art. 16. Critério de escolha dos/as Delegados/as Titulares/Suplentes e Observadores/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

§ 1º. Os/As delegados/as à 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos/as Delegados/as na Conferência Regional.

§ 2º. Deverão ser eleitos/as Delegados/as e observadores/as da Sociedade Civil para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, garantindo prioritariamente:

I - Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores (não estatais) e Usuários serão eleitos:

- a) Delegados/as titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) Delegado/a eleito/a para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional;
- b) Delegados/as suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) Delegado/a eleito/a para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional;

II - Serão eleitos para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo nas vagas estatais, na mesma proporção dos itens "I a)" e "I b)", sendo 2/3 de sua composição Trabalhadores do SUAS e 1/3 será composto pela Gestão;

III - Observadores - até o máximo de 05 (cinco) por Conferência Regional, os quais terão direito a voz na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;

IV - A composição da delegação para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo será acrescida de 36 (trinta e seis) Conselheiros (as) do COMAS-SP - sendo 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes da sociedade civil e 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes do Poder Público, os quais participarão da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, na condição de Delegados/as natos/as, desde que participem integralmente do processo (Plenária e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 03 (três) das 32 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;

Parágrafo único - A empresa de infraestrutura contratada deverá entrar em contato com os delegados (as) suplentes que substituirão os delegados(as) titulares que não tiverem realizado inscrição até 17/08/2023 e realizarão sua inscrição para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

V - Caso uma região não atinja o número necessário de Delegados/as, não poderá ser complementado por representantes de outra região, tendo em vista a representatividade regional;

VI - Serão considerados/as eleitos/as os/as candidatos/as que obtiverem maior número de votos dos/as participantes, em pleito realizado em Plenária.

§ 1º. Os/As Delegados/as Titulares e Suplentes deverão ser apresentados/as pela 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim para referendo final da Plenária Final.

§ 2º. Os/As Delegados/as eleitos/as, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados/as, sendo indicado o/a suplente conforme a ordem decrescente de votos.

VII - Instituto Potencial-Projetos Sociais ficará responsável, juntamente com a Comissão Organizadora Regional, pela elaboração da listagem nominal dos/as Delegados/as titulares, suplentes e observadores/as, referente à 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim em conjunto com o representante do COMAS-SP moderador da Conferência Regional *ad referendum* da Plenária.

São Paulo, 02 de agosto de 2023.

Plenária da 15ª Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim.

2.2.6. TRABALHO NOS GRUPOS

Conforme definido na programação e durante o processo de credenciamento, os conferencistas foram encaminhados para grupos de trabalho, os quais foram subdivididos de acordo com os Eixos Temáticos. Essa atividade foi planejada para ocorrer em dois momentos distintos: o primeiro consistiu na revisão das deliberações da Conferência de 2021, o segundo momento com o início dos trabalhos e das discussões das propostas da Conferência de 2023. Os Eixos 1, 2, 3 e 5, tiveram que ser divididos em duas salas cada e o Eixo 4, formou-se três salas (A, B e C).

Total de participantes por grupo de Eixo:

Eixo 1A	Eixo 1B	Eixo 2A	Eixo 2B	Eixo 3A	Eixo 3B	Eixo 4^a	Eixo 4B	Eixo 4C	Eixo 5A	Eixo 5B	TOTAL
39	30	56	58	35	23	50	50	50	50	52	493

2.6.1 - 1º Momento – Escalômetro – Conferir as deliberações regionais da Conferência de 2021

SÍNTESE DA VOTAÇÃO DOS 5 EIXOS

Todos os grupos dos Eixos Temáticos discutiram e conferiram as deliberações da última Conferência, de 2021, e posteriormente a assessoria técnica do Instituto Potencial – Projetos Sociais realizou a compilação dos dados apresentados, conforme segue abaixo:

TOTALMENTE	PARCIALMENTE	NÃO ATENDIDO
-------------------	---------------------	---------------------

Nº	PROPOSTAS REGIONAIS DELIBERADAS NA CONFERÊNCIA REGIONAL DE 2021	ESCALA DE CORES
1	Implantar serviços como: Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centro dia para idosos e centro dia para pessoas com deficiência, Centro de Acolhida Especial para Família (CAEF), Centro de Acolhida (CA), Repúblicas Jovens, Repúblicas para adultos, Serviços específico para público LGBTQIA+, Residências Inclusivas, serviço de acolhimento e proteção a mulheres, com ou sem filhos, em situação de rua ou em alta vulnerabilidade (CAE Mulheres), com prioridade aos territórios do município que não dispõem desses serviços.	
2	Garantir a construção de Portarias e Protocolos Intersecretariais a fim de efetivar o trabalho da SMADS, sobretudo, com a Secretaria da Habitação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da pessoa com deficiência, Secretaria dos esportes, Secretaria da cultura, Secretaria do verde e meio ambiente, e Segurança Pública (GCM) a fim de garantir os direitos da População em Situação de Rua.	
3	Ampliar e garantir a manutenção das unidades de toda a rede de serviços socioassistenciais previstos na tipificação nacional de acordo com a demanda de cada território, suas vulnerabilidades e riscos sociais, de forma a garantir os direitos da população.	
4	Implantar serviços da proteção social básica para os bolsões de vulnerabilidade e vazios socioassistenciais sobre o a abrangência da subprefeitura de M BOI MIRIM tais como: Jardim Capela, Chácara Sonho Azul, Calu, Cerejeiras, Jardim Alfredo, Jardim São Francisco e outros e ampliar a rede em territórios muito populosos como Horizonte Azul, Vera Cruz, Jardim São Luiz e outros.	
5	Implantar os serviços para atendimentos para população como: Centro Dia do Idoso, ILPI, Núcleo de convivência da população em situação de rua, centro de acolhida a população em situação de rua, e, ampliar os NCI diante das demandas que tem surgido no território.	
6	Articular ações dentro do território, para dar vez e voz aos usuários, facilitando assim o seu acesso para os direitos e programas sociais utilizando de uma linguagem de fácil entendimento para os usuários dos serviços.	
7	Os serviços devem fomentar a criação de conselhos participativos como espaço de controle social e participação dos usuários, contribuindo para uma gestão democrática do	

	equipamento, estimulando a participação popular e o protagonismo.	
8	Formações mensais com diversas temáticas para os trabalhadores da rede socioassistencial que trabalhem os impactos da pandemia e a proteção da saúde mental dos trabalhadores.	
9	Agenda de articulação das secretárias e serviços do território, a fim de garantir as demandas de proteção social dos usuários em todos os âmbitos	
10	Criação de Conselhos Gestores para todos os serviços da rede Socioassistencial na cidade de São Paulo, com finalidade de garantir a execução as políticas públicas da Assistência Social.	
11	Fortalecimento da rede direta e indireta na perspectiva da oferta de subsídios técnicos e provisões orçamentárias para apoio a rede socioassistencial e aos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, a fim de mitigar os impactos sofridos pela população em situação de vulnerabilidade e risco social, afetada diretamente por conjunturas de calamidades públicas.	
12	Implantação de mais unidades de atendimento concernentes às tipologias previstas na política de assistência social, com o intuito de minimizar os vazios socioassistenciais do território, contemplando os bairros mais distantes e que apresentam altos índices de vulnerabilidade e risco social.	
13	Ampliar o RH dos CCA's e outros serviços da assistência social que tem sofrido muito na pandemia por ter que afastar pessoas infectadas em risco e gestantes e não se consegue contratar outro profissional.	

2.6.2. - 2º Momento – Novas Propostas para os âmbitos: Regional, Municipal, Estadual e Federal por Eixos Temáticos

No trabalho do grupo de Eixo Temático os participantes discutiram as questões pertinentes e realizaram suas proposições que foram levadas à Plenária Final para aprovação. Os Eixos 1, 2, 3 e 5, tiveram que ser divididos em duas salas cada e o Eixo 4, formou-se três salas (A, B e C).

Eixo 1 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país

PARTICIPANTES

69

MEDIADOR (A)	Kátia Gregório Paulo de Souza Filho
RELATOR (A)	Antonio Carlos Heleno Victorio Daiana Rodrigues
HORÁRIO DE INÍCIO	15h40
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	16h30

Eixo 2 – Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas

PARTICIPANTES	114
MEDIADOR (A)	Marane Matos Avelar Patrícia Alves de Mendonça
RELATOR (A)	Alexandre Silva Gonçalves Orlando Coelho Barbosa
HORÁRIO DE INÍCIO	16:35
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	16:50

Eixo 3 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

PARTICIPANTES	58
MEDIADOR (A)	David Ohannes Bezirgian Márcia Cassiano
RELATOR (A)	Fernanda Helfenstein Renata Giovannetti
HORÁRIO DE INÍCIO	16:00
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	16:54

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

PARTICIPANTES	150
MEDIADOR (A)	Álvaro Belloni Santana Claudia Ribeiro Defendi Jamili Joana de Melo Calixto Regina Cândida Bela Conceição
RELATOR (A)	Carlos Antonio Giron Flavia da Costa Ventura Gabriela de Souza Elias
HORÁRIO DE INÍCIO	13:43
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	17:05

Eixo 5 – Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS

PARTICIPANTES	102
MEDIADOR (A)	Agnaldo Troiano Ivone dos Reis Meirelles

RELATOR (A)	Manuela Aquino Zélia dos Reis
HORÁRIO DE INÍCIO	16H08
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	16h41

CONFERÊNCIA REGIONAL DE M'BOI MIRIM**GRUPO - EIXO 1**

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Garantir recursos financeiros para ampliação do atendimento e reforma dos espaços em todos os serviços tipificados da política de assistência social.</p> <p>2.Revisar a portaria 46/47/SMADS/2010 dentro da planilha referencial de acordo com a nova realidade pós pandêmica e atual realidade do país.</p>	<p>1.Aumentar e garantir a verba para implementar na pasta o quadro de RH, a taxa de insalubridade, o dissídio anual e outros benefícios.</p> <p>2.Implementar e ajustar orçamento na pasta para ampliação do quadro de RH da rede direta (CRAS/CREAS/CENTRO POP) e indireta (Proteção Social Básica e Especial).</p> <p>3.Implementar ajuste nos valores de repasse aos serviços socioassistenciais de acordo com a inflação.</p> <p>4.Aumentar o Orçamento Municipal da Assistência Social de 5 a 10%. para a manutenção da Estrutura física e adequação do Serviço de Proteção Social Básica e Especial, de modo a ampliar os recursos humanos e melhoria dos equipamentos e garantir o aumento de 15% de recursos da Pasta da Assistência Social de acordo com o PIB do município.</p> <p>5.Revisar a portaria 46/47/SMADS/2010 dentro da planilha referencial de acordo com a nova realidade pós pandêmica e</p>	<p>1.Garantir 5% do orçamento Estadual para as políticas de assistência social.</p>	<p>1.Garantir 5% do orçamento da união para as políticas de assistência social.</p>

	atual realidade do país.		
GRUPO - EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Articular ações dentro do território para dar vez e voz aos usuários, facilitando assim o seu acesso aos direitos e programas sociais, utilizando de uma linguagem acessível para os usuários dos serviços.</p> <p>2. Os serviços socioassistenciais da rede direta e indireta devem fomentar a criação de conselhos participativos como espaço de controle social e participação dos usuários, contribuindo para uma gestão democrática, estimulando a participação popular e o protagonismo.</p> <p>3. Criar e implementar metodologias de compartilhamento das receitas e despesas dos serviços, promovendo e facilitando o amplo acesso de usuários a estas informações.</p> <p>4. Promoção de audiências públicas através da SAS Regional para o acompanhamento e monitoramento das propostas criadas nas Conferências Regionais.</p>	<p>1. Apresentar de forma clara para os usuários os canais de reclamações e ou dúvidas em relação aos serviços da rede socioassistencial direta e indireta e criar um canal on-line de transparência para o acompanhamento do orçamento da assistência social.</p> <p>2. Criação de conselhos participativos em todos os serviços socioassistenciais diretos e indiretos da cidade de São Paulo, a fim de garantir a execução e o monitoramento das políticas públicas de assistência social.</p> <p>3. Criar material e formação pré-conferência, publicizando a atividade com linguagem fácil e acessível a todos. Ex.: vídeo, cordel, gibi, trap...etc.</p> <p>4. Criação e divulgação de canais de comunicação acessíveis na ouvidoria municipal exclusivo para as demandas dos adolescentes, jovens com linguagem assertiva.</p> <p>5. Promover formações para o conjunto dos trabalhadores e usuários do SUAS, de</p>	<p>1. Formação e capacitação continuada para profissionais da assistência social, acerca da política da assistência e direitos sociais.</p> <p>2. Utilizar linguagens acessíveis de forma a alcançar a diversidade dos usuários da política de assistência social em sua totalidade.</p>	<p>1. Criar um canal de comunicação e visualização interligado entre as instâncias, federal, estadual, municipal e regional da Assistência Social dos serviços ofertados.</p> <p>2. Criar formas de comunicação (nas diversas linguagens artísticas) sobre as ofertas da assistência social aos cidadãos.</p>

<p>5. Articulação dos serviços socioassistenciais diretos e indiretos para a maior participação dos usuários e sociedade civil nos fóruns regionais (idoso, FAS, Saúde e inclusão) a fim de valorizar a demanda de implantação de 3 CCINTER nos territórios, Vera Cruz, Cidade Ipava e Horizonte Azul, além do Núcleo de convivência para as pessoas em situação de rua, CA, centro de cidadania LGBTQIAP+.</p>	<p>que o SUAS não é assistencialismo e sim política de Garantia de Direitos.</p>		
GRUPO - EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliação dos serviços de assistência nos bolsões ainda não atendidos na região e implantação de Centro POP, CDI e serviços de atenção LGBTQIAPN+</p> <p>2. Criar uma política de acessibilidade e serviços para pessoas com deficiência intelectual, e ampliação do serviço ATENDE e TEG para esse público e ampliação do sistema de transporte de inclusão gratuito, para todos e todas usuários da assistência.</p> <p>3. Promover eventos pontuais (virada da assistência) nos distritos de M'Boi Mirim a fim de sanar a demanda de</p>	<p>1. Um canal de comunicação e divulgação para articulação entre os serviços intersetoriais da assistência social, publicizando ações e encaminhamentos entre as Secretarias/serviços pactuando o processo de acompanhamento junto a outras necessidades apontadas pelos equipamentos/serviços.</p> <p>2. Implantar em toda rede de CRAS conselho gestor participativo e criar um Comitê de Ética para Gestores/Coordenadores dos equipamentos socioassistenciais, visando assegurar a humanização das relações de trabalho.</p>	<p>1. Criar e implementar serviços para populações vulneráveis LGBTQIAPN+</p> <p>2. Aumento de RH de acordo com a realidade de cada tipologia, conforme estabelecido nas Portarias, e promover formação continuada para os trabalhadores e usuários.</p>	<p>1. Ampliação de mecanismos digitais de controle social efetivo para mensuração e cruzamento de dados das necessidades socioassistenciais, em especial de proteção básica do microterritório.</p> <p>2. Reconhecimento de insalubridade para proteção básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p>

<p>idosos e de pessoas com deficiência ao acesso no CadÚnico e outros serviços.</p> <p>4.Criar um protocolo de parceria entre CJ, MSE e Aprendizagem Profissional para desenvolvimento do projeto de vida da faixa etária dos 15 aos 21 anos.</p> <p>5.Retomar o atendimento “porta aberta” no CRAS, contando com profissionais e equipamentos suficientes para atender a demanda do território.</p>	<p>3.Revisão das portarias que regulamentam as faixas etárias da entrada das crianças CCA (4 a 6 anos).</p> <p>4.Criação de uma plataforma unificada com o objetivo de simplificar os fluxos, as notificações e encaminhamentos entre o sistema de garantia de direito.</p> <p>5.Reconhecimento da insalubridade para proteção básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p>		
GRUPO - EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Implantar e ampliar a rede de Proteção Social Básica e Especial nos territórios vulneráveis, adequando conforme o diagnóstico territorial.</p> <p>2.Implantar novos equipamentos voltados a seguridade da mulher vítima de violência doméstica, como: novo CDCM e Delegacia da Mulher.</p> <p>3.Viabilizar mecanismos e ferramentas entre equipamentos da Proteção Social que unifica informações e dados dos (as) munícipes para facilitação do</p>	<p>1.Implantar programa de Orientação Sexual com ênfase na desconstrução das discriminações por gênero e combate a rede de exploração sexual.</p> <p>2.Centralizar os benefícios eventuais (concessionárias, pequenos reparos, instrumental de trabalho) na Central de Gestão de Benefícios (CGB).</p> <p>3.Ampliar o acesso de entrada aos CCA's para, no mínimo, 04 anos e ampliar o atendimento do CJ para 12 a 24 anos e 11 meses, contando com uma formação</p>	<p>1.Garantir e implementar programas e projetos para a faixa etária de 30 a 64 anos e 11 meses.</p> <p>2. Criar e ampliar uma rede efetiva de atenção à política de assistência à população em situação de rua, com foco no atendimento de famílias, garantindo não</p>	<p>1.Valorizar o trabalhador (a) idoso (a) dentro da Assistência Social respeitando as suas limitações, conforme o Estatuto do Idoso.</p> <p>2.Direcionar a execução técnica do Programa Criança Feliz para a educação.</p>

<p>cruzamento de dados.</p>	<p>profissional pertinente ao público-alvo e garantindo o acesso para crianças que ficam sem atendimento.</p> <p>4. Implantar subsídios e recursos para a instrumentalização dos profissionais do SUAS para abranger os cuidados dos usuários em situação de violência.</p> <p>5. Garantir o respaldo psicológico individualizado para profissionais que trabalham no SUAS, com atendimento direto à população.</p>	<p>separação do núcleo familiar.</p>	
-----------------------------	---	--------------------------------------	--

GRUPO - EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Otimizar o tempo de espera com prazo determinado e definido na concessão de benefícios, bem como informatizar mudança de status, conforme exigência necessária.</p> <p>2. Ampliar, aprimorar e adequar serviços socioassistenciais e CRAS móvel em territórios de pouco acesso. Informatizar e orientar os profissionais com linguagem de fácil acesso para garantia de inclusão e acessibilidade (Libras, Braille, entre outros).</p> <p>3. Promover formação técnica específica para os trabalhadores do</p>	<p>1. Regular os benefícios eventuais a partir do artigo 22 do LOAS no município de São Paulo.</p> <p>2. Melhorar a ferramenta do CADÚNICO e via Portal através de telefone para facilitar o acesso dos idosos.</p> <p>3. Agilizar o atendimento e articulação entre o INSS e CRAS.</p> <p>4. Implantar políticas de capacitações para os profissionais da Assistência Social para que os usuários em situação de vulnerabilidade social tenham acesso direto as informações dos benefícios e</p>	<p>1. Aumentar recursos para o município.</p>	<p>1. Ampliar os benefícios para todos os municípios, mesmo com carteira profissional assinada e aumentar o valor de renda per capita para a concessão de benefícios avaliando o histórico individual de cada família.</p> <p>2. Implementar o número de serviços e instituições a fim de diminuir a demanda reprimida, para melhor atender a população.</p>

<p>SUAS para um melhor entendimento sobre o BPC junto ao INSS, através de dados dos territórios identificados pela Vigilância Socioassistencial.</p> <p>4.Facilitar e melhorar o sistema de comunicação com uma linguagem simplificada e inclusiva sobre o acesso aos benefícios para a população. (ex.: canal 156).</p> <p>5.Ampliar a quantidade de CRAS e CREAS no território de M Boi Mirim.</p>	<p>serviços que cada cidadão tem direito.</p> <p>5.Ampliar os recursos para benefícios eventuais e RH dos trabalhadores do SUAS e que os benefícios dos usuários sejam atualizados de acordo com a inflação, mantendo os valores sem alterações referentes ao salário mínimo, utilizando outros índices, como o IGPM mensalmente.</p>		
--	---	--	--

2.7. PLENÁRIA FINAL

2.7.1. Propostas Referendadas

EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos financeiros para ampliação do atendimento e reforma dos espaços em todos os serviços tipificados da política de Assistência Social.</p>	<p>1. Aumentar e garantir a verba para implementar na Pasta o quadro de RH, a taxa de insalubridade, o dissídio anual, outros benefícios.</p>	<p>1. Garantir 5% do orçamento estadual para as políticas de Assistência Social.</p>	<p>1. Garantir 5% do orçamento da união para as políticas de Assistência Social.</p>

<p>2. Revisar a Portaria 46/47/SMADS/2010 dentro da Planilha Referencial de acordo com a nova realidade pós-pandêmica e atual realidade do país.</p>	<p>2. Implementar e ajustar orçamento na Pasta para ampliação do quadro de RH da rede direta (CRAS/CREAS/Centro Pop) e indireta (Proteção Social Básica e Especial)</p> <p>3. Implementar ajuste nos valores de repasse aos Serviços socioassistenciais de acordo com a inflação.</p> <p>4. Aumentar o orçamento municipal da assistência social de 5 a 10%</p> <p>5. Revisar a Portaria 46/47/SMADS/2010 dentro da Planilha Referencial de acordo com a nova realidade pós-pandêmica e atual realidade do país.</p>		
--	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Articular ações dentro do território para dar vez e voz aos usuários, facilitando assim o seu acesso aos direitos e programas sociais, utilizando de uma linguagem acessível para os usuários dos serviços.</p> <p>2. Os serviços socioassistenciais da rede direta e indireta devem fomentar a criação de conselhos participativos como espaço de controle social e participação dos usuários, contribuindo para uma gestão democrática, estimulando a participação popular e o protagonismo.</p> <p>3. Criar e implementar metodologias de compartilhamento das receitas e despesas dos Serviços, promovendo e facilitando o amplo acesso de usuários a estas informações.</p> <p>4. Promoção de audiências</p>	<p>1. Apresentar de forma clara para os usuários os canais de reclamações e ou dúvidas em relação aos Serviços da rede socioassistencial direta e indireta e criar um canal on-line de transparência para o acompanhamento do orçamento da Assistência Social.</p> <p>2. Criação de conselhos participativos em todos os Serviços socioassistenciais diretos e indiretos da cidade de São Paulo, afim de garantir a execução e o monitoramento das políticas públicas de Assistência Social.</p> <p>3. Criar material e formação pré-conferência, publicizando a atividade com linguagem fácil e acessível a todos. Ex.: vídeo, cordel, gibi, trap...etc.</p> <p>4. Criação e divulgação de canais de comunicação acessíveis na</p>	<p>1. Formação e capacitação continuada para profissionais da Assistência Social, acerca da política da Assistência e direitos sociais.</p> <p>2. Utilizar linguagens acessíveis de forma a alcançar a diversidade dos usuários da política de Assistência Social em sua totalidade.</p>	<p>1. Criar Canal de comunicação e visualização interligado entre as instâncias, federal, estadual, municipal e regional da Assistência Social dos Serviços ofertados.</p> <p>2. Criar formas de comunicação (nas diversas linguagens artísticas) sobre as ofertas da Assistência Social aos cidadãos.</p>

<p>públicas através da SAS Regional para o acompanhamento e monitoramento das propostas criadas nas Conferencias Regionais</p> <p>5. Articulação dos Serviços socioassistenciais diretos e indiretos para a maior participação dos usuários e sociedade civil nos fóruns regionais (Idoso, FAS, Saúde e inclusão) afim de valorizar a demanda de implantação de 3 CCINTER nos territórios, Vera Cruz, Cidade Ipava e Horizonte Azul. Além do Núcleo de Convivência para as Pessoas em Situação de Rua, CA, Centro de Cidadania LGBTQIAP+.</p>	<p>ouvidoria municipal exclusivo para as demandas dos adolescentes, jovens com linguagem assertiva.</p> <p>5. Promover formações para o conjunto dos trabalhadores e usuários do SUAS, de que o SUAS não é assistencialismo e sim política de Garantia de Direitos.</p>		
---	---	--	--

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar Serviços de Assistência nos bolsões ainda não atendidos na região, e implantação como, por exemplo, Centro POP, CDI e serviços de atenção LGBTQIAPN+.</p> <p>2. Criar uma política de</p>	<p>1. Um canal de comunicação e divulgação para articulação entre os serviços intersetoriais da Assistência Social, publicizando ações e encaminhamentos entre as Secretarias/serviços pactuando o processo de acompanhamento junto a outras necessidades</p>	<p>1. Reconhecer a insalubridade para Proteção Básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p> <p>2. Aumento de RH de acordo com a realidade de cada tipologia,</p>	<p>1. Ampliar mecanismos digitais de controle social efetivo para mensuração e cruzamento de dados das necessidades socioassistenciais, em especial de Proteção Básica do microterritório.</p>

<p>acessibilidade e Serviços para pessoas com deficiência intelectual, e ampliação do serviço ATENDE e TEG para esse público e ampliação do sistema de transporte de inclusão gratuito, para todos e todas usuários(as) da Assistência.</p> <p>3. Promover eventos pontuais (virada da Assistência) nos distritos de M'Boi Mirim a fim de sanar a demanda de idosos e de pessoas com deficiência ao acesso no CadÚnico e outros serviços.</p> <p>4. Criar um protocolo de parceria entre CJ, MSE e Aprendizagem Profissional para desenvolvimento do projeto de vida da faixa etária dos 15 aos 21 anos.</p> <p>5. Retomar o atendimento "porta aberta" no CRAS, contando com profissionais e equipamentos suficientes para atender a demanda do território.</p>	<p>apontadas pelos Equipamentos/Serviços.</p> <p>2. Implantar em toda rede de CRAS o conselho gestor participativo e criar um Comitê de Ética para Gestores/Coordenadores dos equipamentos socioassistenciais, visando assegurar a humanização das relações de trabalho.</p> <p>3. Revisar as portarias que regulamentam as faixas etárias da entrada das crianças CCA (4 a 5anos e 11meses) com RH adequado ao atendimento dessa faixa etária.</p> <p>4. Criar plataforma unificada com o objetivo de simplificar os fluxos, as notificações e encaminhamentos entre o sistema de garantia de direito.</p> <p>5. Reconhecimento da insalubridade para proteção básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p>	<p>conforme estabelecido nas Portarias, e promover formação continuada para os trabalhadores e usuários.</p>	<p>2. Reconhecer a insalubridade para Proteção Básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p>
--	---	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar e ampliar a rede de Proteção Social Básica e Especial nos territórios vulneráveis, adequando conforme o diagnóstico territorial.</p> <p>2. Implantar novos equipamentos voltados à seguridade da mulher vítima de violência doméstica, como: novo CDCM e Delegacia da Mulher.</p> <p>3. Viabilizar mecanismos e ferramentas entre equipamentos da Proteção Social que unifica informações e dados dos (as) municípios para facilitação do cruzamento de dados.</p>	<p>1. Implantar programa de Orientação Sexual com ênfase na desconstrução das discriminações por gênero e combate a rede de exploração sexual.</p> <p>2. Centralizar os benefícios eventuais (concessionárias, pequenos reparos, instrumental de trabalho) na Central de Gestão de Benefícios (CGB).</p> <p>3. Ampliar o acesso de entrada aos CCA's para, no mínimo, 04 anos e ampliar o atendimento do CJ para 12 a 24 anos e 11 meses, contando com uma formação profissional pertinente ao público-alvo e garantindo o acesso para crianças que ficam sem atendimento.</p> <p>4. Implantar subsídios e recursos para a instrumentalização dos profissionais do SUAS para</p>	<p>1. Criar e ampliar uma rede efetiva de atenção à política de assistência à população em situação de rua, com foco no atendimento de famílias, garantindo a não separação do núcleo familiar</p>	<p>1. Valorizar o trabalhador (a) idoso (a) dentro da Assistência Social respeitando as suas limitações, conforme o Estatuto do Idoso.</p> <p>2. Extinguir com programa Criança Feliz.</p>

	<p>abranger os cuidados dos usuários em situação de violência.</p> <p>5. Garantir o respaldo psicológico individualizado para profissionais que trabalham no SUAS, com atendimento direto à população.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Otimizar o tempo de espera com prazo determinado e definido na concessão de benefícios, bem como informatizar mudança de status, conforme exigência necessária.</p> <p>2. Ampliar, aprimorar e adequar Serviços socioassistenciais e CRAS móvel em territórios de pouco acesso. Informatizar e orientar os profissionais com linguagem de fácil acesso para garantia de inclusão e acessibilidade (Libras, Braille, entre outros).</p> <p>3. Promover formação técnica específica para os trabalhadores</p>	<p>1. Regulamentar os benefícios eventuais a partir do artigo 22 da LOAS no município de São Paulo.</p> <p>2. Melhorar a ferramenta do CadÚnico e via Portal através de telefone para facilitar o acesso dos idosos.</p> <p>3. Agilizar o atendimento e articulação entre o INSS e CRAS.</p> <p>4. Implantar políticas de capacitações para os profissionais da Assistência Social para que os usuários em situação de vulnerabilidade social tenham acesso direto às informações dos benefícios e serviços que cada</p>	<p>1. Aumentar recursos para o município.</p>	<p>1. Ampliar os benefícios para todos os munícipes, mesmo com carteira profissional assinada e aumentar o valor de renda per capita para a concessão de benefícios avaliando o histórico individual de cada família.</p>

<p>do SUAS para um melhor entendimento sobre o BPC junto ao INSS, através de dados dos territórios identificados pela Vigilância Socioassistencial.</p> <p>4. Facilitar e melhorar o sistema de comunicação com uma linguagem simplificada e inclusiva sobre o acesso aos benefícios para a população. (ex: canal 156).</p> <p>5. Ampliar a quantidade de CRAS e CREAS no território de M Boi Mirim.</p>	<p>cidadão tem direito.</p> <p>5. Ampliar os recursos para benefícios eventuais e RH dos trabalhadores do SUAS e que os benefícios dos usuários sejam atualizados de acordo com a inflação, mantendo os valores sem alterações referentes ao salário mínimo, utilizando outros índices, como o IGPM mensalmente.</p>		
--	--	--	--

2.7.2. MOÇÕES

O quadro abaixo apresenta as moções votadas em plenária final, com o número de assinaturas à frente.

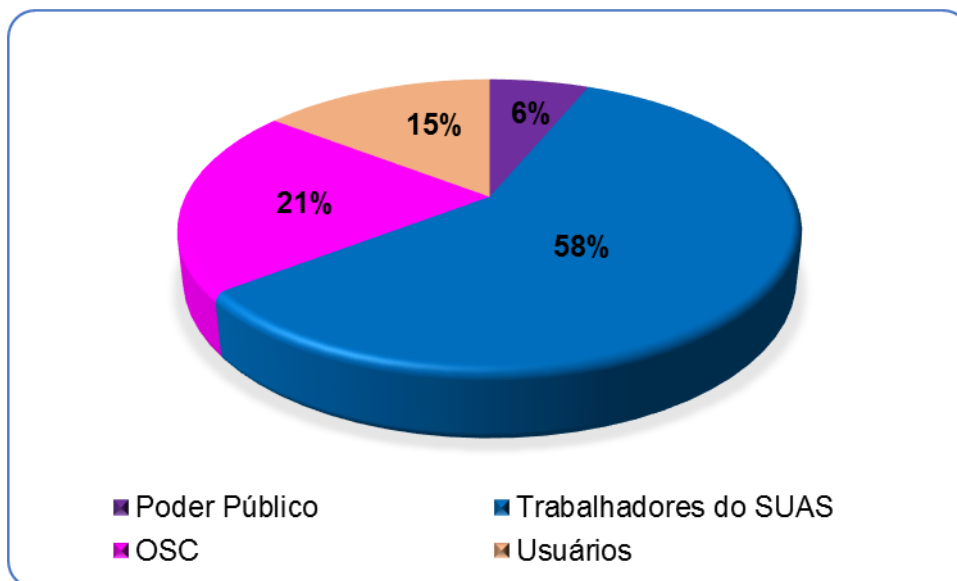
Moções de Repúdio		
01	Contra o genocídio da juventude periférica.	30
Moções de Recomendação		
01	Proteção à orfandade.	30
02	Novo Conselho Tutelar na região.	32
03	Criações de universidade e instituto federal no Jardim Ângela.	32
04	Criação do CREAS no São Luiz.	38
05	Abertura de Delegacia Especializada.	39
06	Reabertura da Casa do Adolescente.	30
07	Implantação dos conselhos gestores no CRAS, CREAS e Centro Pop.	34

2.7.3. DELEGADOS ELEITOS

Durante os grupos de trabalho era passada uma lista de intenção para delegados por segmento, ao qual os conferencistas podiam assinar e manifestar seu desejo de ser eleito para a Conferência Municipal. Os candidatos eram eleitos na Plenária Final e aclamados delegados pelo conjunto dos conferencistas presentes. Os delegados eleitos faziam sua inscrição on-line, através de formulário específico ou preenchiam o referido instrumental de forma manual.

Número de candidatos a delegados/as por segmento definido em plenária:

Poder Público	Trabalhadores do SUAS	OSC	Usuários
3	28	10	7



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar ao final deste relatório o processo da Conferência Regional de Assistência Social que mobilizou territorialmente a população usuária do SUAS, bem como trabalhadores e representantes de Organizações da Sociedade Civil e Poder Público. Esta retomada, após um processo pandêmico que se viveu no país e no mundo, fez com que, para além do encontro presencial, todos e todas pudessem discutir os caminhos da Política de Assistência Social e de seu Sistema Único – SUAS.

A Política de Assistência Social, assim como as demais Políticas Públicas de garantia de direitos, que foram amplamente discutidas a partir da Constituição Federal de 1988, foi negligenciada nos últimos seis anos, com ataques destrutivos na concepção da Assistência Social como direito de cidadania e como política integrante da Seguridade Social.

Vários foram os obstáculos, como a ampliação da implantação de serviços da estrutura do SUAS, da participação e controle social, descontinuidade de financiamento no âmbito das Proteções Básica e Especial, repercutindo assim na atenção à população mais vulnerabilizada.

Este momento conferencial da cidade de São Paulo rompe com descaso e chama para o planejamento da Política de Assistência Social, para o controle social com participação efetiva da população, com a necessidade de financiamento continuado e necessidade de retomada da qualificação dos profissionais e conselheiros do SUAS.

A temática **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos!”**, e seus **Eixos Temáticos** nos chamou para o debate, com ponto de exclamação, gritando para todos os lados, “que SUAS é esse que queremos!!!”. Oportunizou uma discussão abrangente, capaz de acolher todas as questões que afetam o SUAS territorialmente e sua capacidade de garantir proteção como responsabilidade pública no município.